




**ATA Nº 17**

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIANA –  
COMASVI**

Aos 22 dias do mês de dezembro, às 09:45, nas dependências do Centro Municipal dos Conselhos de Direitos e Políticas Públicas de Viana, reuniu-se em caráter extraordinário o **Conselho Municipal de Assistência Social de Viana – COMASVI**. Se fizeram presentes: Renata Santana de Souza (AVK), Helder Leonardo de Souza (AMAES) Alessandra A. de Amorim Soares (DORCAS), Mirian de Souza Oliveira (APAE) Rhaiany Helmer Brito e Abel Mariano Moraes (SEMTAS) Thamire Possmoser Lutker . Ouvintes: Elias Ferreira Nunes (INSTITUTO AMAR), Roberta (ADRA). Pontos de pautas discutidos: Parecer da Comissão Permanente de Inscrição e Fiscalização sobre o Instituto São Miguel Arcanjo- Projeto Amar, Plano da Apae/Setades, Plano de trabalho para 2026, ausência do Presidente nas reuniões. Foi iniciada a reunião, sob a condução da vice-presidência do conselho. Após verificação de quórum em segunda chamada, foi proposta a inversão da ordem da pauta para aguardar a possível chegada dos representantes do Projeto AMAR. Passou-se à apresentação referente à APAE, conduzida por Miriam, com o objetivo de dar ciência ao conselho sobre o recebimento de um recurso governamental no valor de R\$ 75.000,00. Esclareceu-se que o repasse será feito diretamente pelo governo e que não haverá contratação de novos profissionais, mas sim a manutenção da psicóloga já existente na instituição. Durante a discussão, houve preocupação quanto à possível sobreposição de recursos e duplicidade de pagamento do mesmo profissional, uma vez que a APAE já possui outros planos de trabalho aprovados. Embora o plano apresentado seja apenas para ciência, é fundamental que conste de forma explícita no plano de trabalho que não há conflito com outros programas, emendas ou contratos em vigor. Foi definido que o conselho, emitirá um ofício de caráter orientativo à instituição, solicitando justificativa formal de que não haverá duplicidade ou conflito na contratação de mão de obra, deixando claro que se trata de uma orientação e não de notificação punitiva. Em seguida, por solicitação do conselheiro Helder, foi incluído ponto de pauta referente à ausência do presidente nas reuniões do conselho. O conselheiro

*[Handwritten signatures in blue ink]*

solicitou formalmente que a Casa dos Conselhos realize o levantamento das faltas do presidente, verificando se houve ou não justificativas formais, e que este fosse notificado quanto à necessidade de cumprir o regimento interno, uma vez que a ausência da presidência pode comprometer a regularidade das reuniões e até resultar em questionamentos por órgãos de controle externo. Outro ponto foi a forma de definição e inclusão das pautas das reuniões, foi esclarecido que as convocações devem ser encaminhadas com antecedência mínima de 48 horas, acompanhadas da ata da reunião anterior e das matérias que compõem a pauta; que reuniões devem ser convocadas por membro da mesa diretora. Também foi lembrada a necessidade de cumprimento da ordem dos trabalhos, incluindo o momento de fala das comissões. Ficou definido que será convocada uma reunião com a presença do presidente para deliberar sobre a organização das pautas, a atuação da presidência, a regularidade de sua presença nas reuniões e os procedimentos institucionais a serem seguidos, conforme o regimento interno. Na sequência, revisaram referentes às comissões, foi proposto a criação de grupos específicos para cada comissão, a fim de organizar documentos, relatórios, pareceres e comunicações. Definiu-se ainda que a próxima reunião, prevista para janeiro, ocorrerá de forma online, e que esses temas poderão ser tratados nessa ocasião. Próximo ponto de pauta, referente ao planejamento 2026 apresentado pela conselheira Renata, ressaltando que a ativação efetiva das comissões permanentes é uma prioridade para o fortalecimento do COMASVI, ficando definido como diretriz que as comissões voltem a funcionar de forma contínua. Outro eixo do planejamento para 2026 apontado foi a necessidade de revisão da legislação e do regimento interno do conselho, considerados defasados em relação à linguagem atual. Também foi incluída no planejamento a necessidade de ampliar a transparência e a visibilidade do conselho junto à sociedade. Diante disso, foi proposto que, como parte do planejamento de 2026, seja retomada a divulgação institucional dos conselhos de assistência social nas redes oficiais da prefeitura e que o site seja atualizado com informações corretas e atuais. Seguindo para o próximo ponto de pauta, foi registrada a presença do senhor Elias, representante do Projeto AMAR e o conselheiro Helder deu sequência fazendo a leitura do parecer técnico, referente à solicitação de inscrição do Instituto São Miguel



Arcanjo – Projeto AMAR no Conselho Municipal de Assistência Social de Viana- Processo nº 22777/2025. A análise foi fundamentada em extensa base legal, incluindo a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e resoluções do CNAS, bem como a Resolução COMAS nº 13/2019. A comissão constatou que a instituição atua como comunidade terapêutica, oferecendo acolhimento integral, em regime fechado, a homens maiores de 18 anos com dependência química. Foi verificado que a entidade possui natureza terapêutica vinculada à política de saúde, nos termos da RDC nº 29/2011 da ANVISA e da legislação sobre políticas de drogas, e não à política de assistência social. Identificou também a ausência de equipe mínima exigida para a oferta de serviços bem como a inexistência de serviços tipificados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, conforme a Resolução CNAS nº 109/2009. Apesar de a infraestrutura estar adequada aos parâmetros de comunidades terapêuticas, esta não atende aos critérios exigidos pelo SUAS. Também foi apontada divergência entre os serviços declarados no pedido de inscrição, como acolhimento emergencial e serviço de abordagem social, e os serviços efetivamente executados, que se restringem ao modelo de comunidade terapêutica. Não foram identificadas ações de proteção social, atendimento a situações de violação de direitos ou serviços de média complexidade previstos no SUAS. Além disso, constatou-se que a instituição possui sede no município de Cariacica e filiais em Viana e Marechal Floriano, sem apresentar comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de sua sede, conforme exigido pela Resolução COMASVI nº 13/2019. A comissão concluiu que o Instituto São Miguel Arcanjo – Projeto AMAR não executa serviços socioassistenciais e não atende aos requisitos legais para inscrição no SUAS. Diante disso, o parecer recomendou o indeferimento do pedido de inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social de Viana, encaminhando o processo à presidência para as providências cabíveis. A presidência solicitou que todos os conselheiros registrassem ciência do conteúdo apresentado. Foi esclarecido que, naquele momento, o objetivo era apenas dar ciência formal ao plenário sobre o parecer técnico, e que, em seguida, seria aberta a palavra tanto aos conselheiros quanto ao representante do Projeto AMAR para manifestações e

*[Handwritten signatures and notes in blue ink]*  
H. S. da Silva

esclarecimentos. Antes do início das explicações técnicas, foi aberta a palavra ao representante do Projeto AMAR, senhor Elias, para que pudesse fazer suas considerações. A conselheira Rayane fez uma recapitulação sobre o histórico do Projeto AMAR em relação à inscrição no Conselho. E apontou que mesmo com as alterações no estatuto, a comissão observou que a prática do serviço continua os mesmos. O plano de trabalho apresentado pelo Projeto AMAR indicava execução de serviços de média e alta complexidade simultaneamente — como serviço de abordagem social e acolhimento integral — o que não é compatível com a estrutura da política de assistência social. Ou seja, não é possível vincular o acolhimento à participação obrigatória em tratamento ou atividades específicas. Por fim, Rayane destacou que o acolhimento institucional é um serviço complexo, que exige infraestrutura adequada, equipe mínima qualificada e alinhamento às normativas socioassistenciais. O Projeto AMAR, apesar das alterações estatutárias, ainda não atende aos critérios exigidos pelo SUAS, justificando o indeferimento do pedido de inscrição como entidade de assistência social. Elias, representante do Projeto Amar, foi convidado a apresentar e esclarecer os pontos levantados, iniciou sua fala agradecendo ao conselho e à comissão, reconhecendo a relevância das questões técnicas levantadas por Rayane e outros conselheiros sobre o Instituto São Miguel Arcanjo/Projeto Amar, explicou que a instituição está em processo de transição, adaptando-se às novas diretrizes nacionais, agora chamadas de comunidades de acolhimento. Apesar das limitações atuais, o instituto realiza atividades concretas de acolhimento, retirando pessoas da rua, providenciando documentação, encaminhando ao CRAS e mantendo parceria com a unidade de saúde local. Reforçou que a instituição sempre acolhe todos que procuram ajuda, independentemente da situação, e que o serviço prestado já contempla ações de assistência social, ainda que não se enquadre completamente nas normas formais do SUAS. Explicou que a instituição ainda não possui todos os profissionais exigidos pelo plano de trabalho (assistente social, psicólogo, coordenador e cuidadores), mas está em processo de contratação e estruturando sua equipe. Reconheceu que há divergências entre o serviço executado e o plano de trabalho apresentado. Por fim, reforçou que o instituto continuará apoiando os conselhos e respeitando a legislação vigente,

  
  
  
  
Ass. Soc. do Inst. S. Miguel

ao mesmo tempo em que busca registro no Conselho Municipal de Assistência Social para formalizar sua atuação como entidade prestadora de serviços de assistência, destacando que as ações já realizadas têm respaldo em normas como CISNAD, RDC 29/ANVISA e outros dispositivos legais, embora ainda haja ajustes a serem feitos para pleno enquadramento no SUAS. A conselheira Rhaiany deixou claro que a análise do conselho é estritamente técnica, baseada na legislação vigente e nas normas do Conselho Nacional de Assistência Social, reconhecendo o esforço e a relevância do trabalho do instituto, mas enfatizou que, para fins de registro e reconhecimento formal, é necessário que a instituição siga os critérios legais. Elias reconheceu o parecer técnico, compreendeu as pendências apontadas e se comprometeu a levar os apontamentos para a instituição, aguardando a notificação formal do conselho para tomar as providências necessárias. Agradeceu à comissão e se comprometeu a acompanhar as reuniões do conselho como ouvinte, reafirmando o apoio contínuo à instituição e ao conselho. Por fim, foi colocada em votação a inscrição do Projeto AMAR, referente ao processo nº 22.777.2025. Todos os conselheiros presentes votaram pelo **indeferimento**, seguindo o parecer da comissão. Ficou definido que a instituição será notificada oficialmente e que todo o processo seguirá o rito do regimento interno. Nada mais havendo a tratar, eu Vanessa Bueno lavei a presente ata, que será lida para aprovação e assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.

  
**Abel Mariano Morais**

Vice- Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Viana –  
COMASVI

Biênio 2025/2027

  
**Vanessa Bueno**

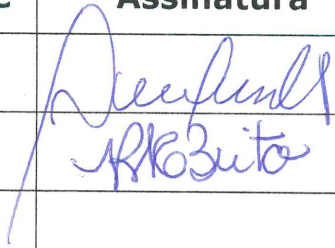
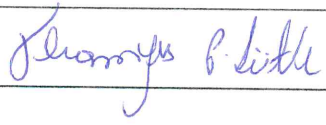

Coordenadora técnica do Centro Municipal dos Conselhos de Direitos e  
Políticas Públicas de Viana






**LISTA DE PRESENÇA DE REUNIÃO**

<b>Data: 22/12/2025</b>	<b>Hora: 09:30</b>	<b>Local: Centro Municipal dos Conselhos</b>
-------------------------	--------------------	--

<b>Conselheiro</b>	<b>Representatividade</b>	<b>Assinatura</b>
Titular: Abel Mariano de Moraes	SEMTAS	
Suplente: Rhaiany Helmer	SEMTAS	
Titular: Ruth Helena Siqueira Ribeiro	SEMSA	
Suplente: Regiane Vervloet Torezon	SEMSA	
Titular: Maria Claudia Azevedo M. Gomes	SEMED	
Suplente: Vanessa Claudia B. S. Coimbra	SEMED	
Titular: Lauro Junio de Oliveira Poubel	SEMDEST	
Suplente: Alcineia C. Lima de Oliveira	SEMDEST	
Titular: Patrícia de Souza Rodrigues	SEMJEL	
Suplente: Richard da Cruz Cominotti	SEMJEL	
Titular: Thamyres Possomoser Lutke	ADRA	
Suplente: Hadassa Lohayne G. Alves	ADRA	
Titular: Rillary Rangel Rosa	SEMATEC	
Suplente: Rananny Cozzer	SEMATEC	
Titular: Maria da Penha de Oliveira Falcão	ACEERAN VANKATE	
Suplente: Ana Paula Alves de Almeida	ACEERAN VANKATE	
Titular: Mirian de Souza Oliveira	APAE	
Suplente: Brunella Viana Rosa Betini	APAE	

Titular: Renata Santana de Souza	AVK	
Titular: Samoel Ramalhete Ferreira	DORCAS	
Suplente: Alessandra A. de Amorim Soares	DORCAS	Alessandra A. de Amorim Soares
Titular: Helder Leonardo de Souza	AMAES	Helder Leonardo de Souza
Suplente: Ana Angelica Corradi Santiago Liquer	AMAES	

Ouvintes	Representatividade	Assinatura
Roberta	Adria	Roberta H.G. Pereira
ELIAS FERREIRA NUNES	INSTITUTO AMOR	

  
**Abel Mariano de Moraes**

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Viana -  
COMASVI

BIÊNIO: 2025- 2027